

Tudo com o mais apurado bom gosto! Realmente, *Maria Santíssima* faz jus à homenagem deste trabalho e a muito mais, é claro! Os católicos, ao lerem esta obra mariológica esplêndida, regozijar-se-ão com alcandorado incremento de amor a Nossa Senhora, a Corredentora da humanidade!

Recomendo, *ab imo pectore*, a leitura deste livro maravilhoso!

Edson Luiz Sampel

(Professor – Faculdade de Direito
Canônico São Paulo Apóstolo)

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade. A vida eterna e a profundidade da alma*. Trad. José Eduardo Câmara de Barros Carneiro. Campinas: Ecclesia, 2018, 307p. ISBN: 978-85-8491-101-1.

Fr. Garrigou-Lagrange, OP é sem dúvida um dos mais influentes teólogos do século XX. Ensinou durante mais de cinquenta anos no *Angelicum* (Roma), onde formou sucessivas gerações de filósofos e teólogos que acorriam com entusiasmo às suas aulas. Este livro demonstra sua grande penetração teológica, aliada a uma profunda espiritualidade e coerência lógica.

Trata-se de uma obra sobre os novísimos (i.e., fins últimos): morte, juízo, inferno e paraíso, escrita sob inspiração de seu principal mestre, o também dominicano São Tomás de Aquino. Ademais, serve-se com frequência do cotejo de verbetes correspondentes do *Dictionnaire de Théologie Catholique* e das célebres conferências do Fr. Jacques Monsabré, OP. Inclui também o tema do purgatório e uma grande introdução sobre a “profundidade da alma e a vida presente”. O original *L'éternelle vie et la profondeur de l'âme* foi publicado

em 1950 e de lá para cá há poucas obras equiparáveis. Esta é a segunda tradução para o português (a primeira foi realizada em Lisboa pela editora Aster).

Mesmo voltada para a teologia especulativa, a dimensão prática da obra é evidente desde o início: “A outra vida contém grandes luzes para viver melhor antes da morte; ela nos tira de nossa superficialidade e de nossa sonolência, nos revelando a profundidade incomensurável da alma que permanecerá eternamente num vazio desolador ou, ao contrário, será preenchida pela posse eterna de Deus, Verdade suprema e Sumo Bem” (p. 11-12).

O objetivo é oferecer principalmente “uma ideia elevada do Céu, da beatitude eterna, seja por oposição ao Inferno, seja pelo atraso da visão beatífica que faz sofrer tanto as almas do purgatório, seja, enfim, pela elevação infinita de nosso fim último sobrenatural: o próprio Deus” (p. 12).

A primeira parte trata sobre o desejo de infinito que a alma possui. Quando esse desejo é indisciplinado e enfraquecido pelas paixões, conduz à depravação da concupiscência e do próprio prazer, bem como seus (aparentes) benefícios. Donde a necessidade de a vontade ser iluminada pela inteligência para bem conduzir as paixões.

Nossa vontade, embora finita, é ilimitada em suas possibilidades e profundidades, e só pode ser saciada pelo próprio Deus. E essa é propriamente a beatitude, posse do *bem universal*, não a de bens passageiros, como riquezas, honras e prazeres, que não podem “pertencer *simultaneamente e integralmente a várias pessoas*” (já os bens espirituais são infinitamente distribuíveis).

Deus é o próprio fundamento da liberdade, atraindo a vontade de modo irresistível. No Céu, na Visão Beatífica, é impossível pecar, pois a vontade está espontaneamente na posse de Deus. Assim, define o Autor: “O ato livre é uma resposta gratuita, saída das profundidades da vontade, à solicitação impotente de um bem finito” (p. 31). E acrescenta: “Só Deus, visto face a face, atrai infalivelmente nossa vontade e a cativa na própria fonte de suas energias” (idem).

Destarte, o frade dominicano passa a tratar dos vícios e das virtudes na alma para entender como possam conduzir ou à sua salvação ou à sua perdição. A

virtude aperfeiçoa o homem e o inclina ao fim bom, tornando-o justo (condição indispensável para a salvação). Em contrapartida, os vícios são radicados no egoísmo. Só há dois amores, comentava Santo Agostinho: ou o amor a Deus levado até o esquecimento de si mesmo; ou o amor a si mesmo levado até o esquecimento de Deus. Ora, as virtudes e os vícios nada mais são do que os instrumentos habituais da alma no caminho para a santidade ou para a perversidade. A graça santificante é o *semen gloriae*, enxerto divino que planta a fé em nossa inteligência. Na vontade se encontram a esperança, como tendência a Deus, e a caridade, como amizade com Ele.

A caridade é a única das virtudes teologais que dura eternamente, pois no Céu a fé se transforma em visão e a esperança em posse de Deus. Nesse sentido, Fr. Garrigou-Lagrange explica que “a vida da graça e a caridade já é a vida eterna começada” (p. 41).

As virtudes adquiridas são sempre inferiores às virtudes infusas de mesmo nome; estas, porém, facilitam o exercício daquelas. Já os dons do Espírito Santo superam-nas completamente. Além das virtudes clássicas, outras virtudes cristãs se incluem como novas profundidades da alma, como a penitência, que visa a reparação de uma ofensa.

Encerrando a primeira parte, o Autor trata do chamado “purgatório antes da morte”, que consiste em lidar cristãmente com as dores físicas

ou espirituais, a modo de expiação. Inspirando-se em São João da Cruz e sua doutrina dos toques do Espírito Santo no fundo da alma, entende que essas provações a purificam. Ora, vários santos experimentaram essa “noite” do espírito.

A segunda parte trata da morte e do juízo. O Autor inicia tratando sobre a impenitência final e as conversões *in extremis*.

A impenitência final é a ausência de contrição e de satisfação no momento da morte. Há diferentes graus de endurecimento do coração, uns causados por malícia, outros por ignorância culpável. O certo é que os Padres da Igreja costumavam ameaçar com a impenitência final os que sempre postergam a própria conversão. Há ainda os impenitentes surpreendidos pela morte, privados do tempo para se arrependem. O puro remorso não basta para a salvação, pois o próprio Judas teve remorso, mas sem arrependimento. Até no inferno há remorso, sem, contudo, chegar à atrição.

As conversões *in extremis* são raras, mas acontecem, conforme relata o Autor. Seja como for, o retorno a Deus sempre é possível, ao passo que o endurecimento do coração pode tornar essa missão praticamente impossível.

Convém sempre pedir a graça da boa morte e o dom da perseverança final, ou seja, a morte em estado de graça (conservado por Deus sem méritos da alma). A graça é necessária para o

justo perseverar no bem, sem em nada violar a liberdade pessoal. O justo se prepara para a morte com vigilância e é um dever de consciência dispor os enfermos para esse momento. Após a morte, a alma se fixa para sempre no último estado consciente de sua vida, ou seja, “escolhe” imutavelmente o destino eterno. Já não há mais méritos: “Quando tomba uma árvore para o sul ou para o norte, lá onde cai, fica” (Ecl 11,3).

O juízo particular acontece no mesmo instante da separação da alma do corpo. Já não há mais possibilidade de mérito (sequer no purgatório). Por isso, o Autor pondera: “Bem-aventuradas as almas que fizeram uma grande parte de seu purgatório sobre a terra, pela aceitação generosa das contrariedades cotidianas” (p. 91).

O Juízo Final universal se baseia na crença de que todos os homens ressuscitarão em seus corpos e deverão prestar contas por seus atos. Com efeito, “Deus fará prestar contas de tudo o que está oculto, todo ato, seja ele bom ou mau” (Ecl 12,14) e o “Filho do Homem recompensará a cada um segundo suas obras” (Lc 10,12-14; 11,31-32; Mt 16,27). No Juízo Final, muitos reputados como sábios serão reconhecidos como falsos profetas; ao passo que desconhecidos serão apresentados como santos ou grandes doutores, ou seja, “todas as máscaras cairão” (p. 98). Seja como for, mais vale expiar nesta vida do que na vida futura.

Antes de adentrar propriamente nos novíssimos, Fr. Garrigou-Lagrange versa sobre o conhecimento das almas separadas. São elas desprovidas de conhecimento sensitivo, a não ser em potência; já as faculdades superiores são conservadas e até as almas condenadas podem manter certa ciência adquirida, mas não as virtudes. As almas do purgatório, por sua vez, conservam as virtudes adquiridas e infusas.

A alma separada vê-se a si mesma e os singulares de modo intuitivo (cada indivíduo nesta terra, por exemplo). Ignoram por natureza os acontecimentos terrenos, embora possam receber esse privilégio. Convém aqui notar, de passagem, que, ao contrário da tradução de: “*celles qui sont au purgatoire peuvent avoiron de nous*” para “aquelas [almas] que estão no purgatório podem cuidar de nós” (p. 107), o sentido de “*avoiron*”, neste caso, é o de “preocupar-se”, não de “cuidar”, pois as almas no purgatório não têm capacidade de cuidar sequer de si mesmas.

Enquanto vivemos na terra conforme o tempo contínuo, a alma separada vive no tempo *descontínuo*, medido de acordo com pensamentos e afetos sucessivos. Donde um instante espiritual na “eviternidade” pode durar muitos dias ou até anos em nosso tempo solar.

A terceira parte dedica muitas páginas ao Inferno, pois ele “salvou muitas almas” (p. 113), além de nos propiciar melhor apreciação do valor da salvação.

O Inferno designa o estado ou o lugar dos condenados. Foi negado por Arnóbio no século III, por origenistas no século IV e por protestantes liberais, espíritas e maçons.

Todavia, o Inferno se encontra na Sagrada Escritura de modo evidente. Desde o Antigo Testamento estão descritas as suas características, como, por exemplo, a desigualdade das penas. No Novo Testamento, já encontramos expressões sobre a tipologia e a duração do Inferno, tais como “fogo inextinguível”, “fogo que não se apaga”, “fogo eterno”, lugar “onde haverá choro e ranger de dentes”, “castigo eterno”, etc. Com efeito, a maioria dos Padres da Igreja combate o erro de Orígenes e dos origenistas, que defendiam a não eternidade das penas infernais. Esse erro foi condenado pelo Sínodo de Constantinopla (553) e confirmado pelo Papa Virgílio.

São Tomás oferece diversas razões teológicas para a eternidade das penas, para que “os pecados que não foram expiados nesta vida sejam punidos na outra” (p. 127). A sanção é condição necessária para a justiça de Deus. De forma análoga, quem age contra a consciência merece o remorso; quem age contra a ordem social merece pena infligida pela justiça humana; quem age contra a lei divina merece pena infligida por Deus. Platão comenta em *Górgias* que a maior desgraça para um criminoso é ficar impune. Ou seja, a pena é necessária para reparar a justiça violada.

O Autor comenta, porém, que é impossível demonstrar apoditicamente a eternidade das penas. Para ele há razões de conveniência, conforme já apontou São Tomás, principalmente no tocante ao pecado mortal sem arrependimento (uma desordem irreparável). Ora, a ofensa é tanto mais grave quanto maior a dignidade da pessoa ofendida (neste caso, o próprio Deus). Pois bem, o Inferno nada mais é do que a justa e eficaz sanção do Soberano Legislador.

Por outro lado, a eternidade das penas não é contraditória à própria perfeição divina. Ademais, “a pena deve ser proporcional não à duração do pecado atual, mas à sua *gravidade*. Assim, segundo a justiça humana, o assassinato, que não dura senão alguns minutos, merece a pena de morte ou a prisão perpétua. Do mesmo modo, aquele que trai num momento sua pátria merece ser dela excluído para sempre” (p. 133). Ora, como o pecado mortal tem diferentes gravidades, a pena não poderia ser simplesmente a aniquilação do ser.

À objeção de que a eternidade das penas se oporia à divina misericórdia, São Tomás pondera que a misericórdia de Deus é regrada pela sabedoria, até mesmo para não infligir pena maior do que a merecida. As penas são dissuasórias na medida em que “o temor destes castigos afasta do crime e dá paz às pessoas de bem. [...] É nesse sentido que dissemos que o Inferno salvou

muitas almas, isto é, o temor do Inferno foi o início da sabedoria” (p. 136).

A *pena de dano* se refere à privação da posse de Deus, ou seja, da Visão Beatífica e de todos os seus benefícios. Expressões como “Retirai-vos de mim, malditos!” e “Não vos conheço” (da parábola das virgens loucas) sublinham essa realidade. A alma padece de um vazio insondável, percebe a contradição interior e tem aversão a Deus, pois permanecerá para sempre prisioneira do pecado. O demônio é “aquele que não ama”, dizia Santa Teresa. Algo análogo acontece com os condenados: o ódio a Deus por sua obstinação no mal leva-os a um “desespero sem saída” e ao perpétuo remorso isento de arrependimento (lamenta o pecado só por suas consequências). Serão para sempre agonizantes.

A *pena dos sentidos* está explicitamente contida na Escritura: “Temei antes aquele que pode precipitar a alma e o corpo na geena” (Mt 10,28 e paralelos). Na opinião tradicional, o fogo do Inferno é efetivo; de modo análogo à água do Batismo que produz efeitos na alma pela infusão da graça santificante. Todavia, há uma ligação misteriosa dos espíritos ao fogo, impedindo-os de agir livremente.

As penas no Inferno serão desiguais, pois “Deus dará a cada um segundo suas obras” (Mt 16,27). De qualquer forma, “a pena de dano, mesmo a menor, ultrapassa imensamente todos os sofrimentos deste mundo” (p. 156).

Já sobre o tema do Purgatório, a visão teológica de Garrigou-Lagrange consegue aliar a clareza à profundidade.

A doutrina da Igreja sobre o Purgatório é resumida pelo Autor: “É o lugar e o estado em que sofrem as almas dos justos, que morreram com a obrigação de sofrer ainda uma pena temporária devida aos pecados veniais ainda não remidos ou aos pecados mortais ou veniais já remidos, mas ainda não expiados” (p. 171). Elas os quitam, por uma *satispaixão* (não há mais méritos), suportando a pena infligida (*idem*) pelo fogo.

Lutero nega o Purgatório não tanto pela questão das indulgências, mas sim pela doutrina da justificação baseada exclusivamente na fé. Deus, porém, causa primeira, não elimina as causas segundas. Onde São Paulo afirmar que completa em sua carne o que falta dos sofrimentos de Cristo (Cl 1,24).

A existência do Purgatório é evidenciada pela necessidade de, por justiça, satisfazer os pecados cometidos não remidos. Ela é comprovada sobretudo pela Sagrada Escritura: no Antigo Testamento pelo Segundo Livro dos Macabeus e no Novo Testamento, por várias passagens. Mt 12,32 é a principal passagem do Evangelho e I Cor 3,9-15, em São Paulo.

Na Tradição, a existência do Purgatório é comprovada implicitamente pela universal prática de orações e sacrifícios pelos defuntos. Nas catacumbas não é raro encontrar

inscrições pedindo o “refrigério” das almas dos falecidos. Nesse sentido, o Purgatório aparece ligado à pena do fogo, sobretudo a partir de Santo Agostinho e dos Padres sucessivos. Os Concílios de Lyon (II), Florença e Trento confirmarão a doutrina sobre o assunto.

A razão de conveniência do Purgatório, acessível até a incrédulos, é que a ordem moral, uma vez rompida, deve ser reparada. Isso é confirmado pela religião natural e pela abordagem de alguns filósofos. Ademais, nada de impuro pode comparecer diante de Deus.

A razão teológica, baseada na justiça, está ligada à penitência, atestada pelas Escrituras, ou seja, são necessárias boas obras satisfatórias para a expiação de pecados já remidos. De modo análogo, na ordem natural, não basta pedir perdão por um suposto rapto da filha do rei, tampouco a sua simples libertação, mas também é necessária a reparação da injúria. Isso se percebe, por exemplo, quando um bêbado se arrepende e se confessa durante a Páscoa: encontra-se na graça de Deus, porém, a *fomes peccati* permanece nele pelos hábitos adquiridos no passado.

Os protestantes, por sua vez, argumentam que Cristo já remiu todas as nossas faltas. Contudo, o Redentor quer a nossa colaboração, como comprova São Paulo. Para o protestantismo só há um tudo ou um nada.

A pena principal do Purgatório é a de dano temporal (ao contrário da pena eterna do Inferno). São Boaventura assegura que “a pena será mais grave que a mais forte provação da terra” (cit. in p. 192). Por outro lado, ensina Santa Catarina de Gênova, “as almas do purgatório têm, ao mesmo tempo, uma grandíssima alegria e uma grandíssima pena” (cit. in p. 193).

A razão teológica para que a pena da privação da visão beatífica seja tão dura é que se sofre mais quanto maior é o objeto desejado (neste caso, o próprio Deus). A alma justa separada do corpo tende naturalmente para o encontro com Deus de acordo com certa ordem; no entanto, este encontro é atrasado, criando intenso sofrimento espiritual por uma espécie de “fome insaciável de Deus” (p. 195), maior que qualquer “desejo natural”. O pecado é mais rigorosamente punido no Purgatório do que na terra, pois já não há mais tempo de cumprir obras meritórias.

A pena dos sentidos, negada pelos gregos cismáticos, é propriamente o fogo do Purgatório. Fr. Garrigou-Lagrange sustenta que se trata de um fogo real, que age como *instrumento da justiça divina*.

Não há evidências bíblicas que indiquem o lugar do Purgatório, embora se saiba que as almas estão separadas do convívio terreno e a pena será tanto mais longa quanto a expiação exigida.

As almas se conhecem entre si, estão certas da salvação e confirmadas

em graça. Em suma, nenhuma paz é comparável à delas, exceto a dos santos no Céu (Santa Catarina de Gênova). A dor é tanto mais purificadora quanto mais intimamente oferecida. Essa dor é diversa da terrena, pois é oferecida com a alegria da certeza do estado de graça e da salvação. O próprio amor de Deus aumenta o sofrimento para purificar mais eficazmente as escórias do pecado. É uma verdadeira purificação passiva do amor.

Não há ansiedades ou impaciências no Purgatório. Antes, as almas podem crescer nas virtudes adquiridas, ao passo que há dúvidas quanto ao possível crescimento das virtudes infusas e dos sete dons, embora seja certo que pratiquem tais virtudes de modo intenso.

As almas que evitam completamente o Purgatório são provavelmente raras, “porque foi revelado a Santa Teresa que, entre os boníssimos religiosos que tinha conhecido, só três o tinham evitado completamente” (p. 226).

Para com as almas do Purgatório é necessário exercer a caridade, pelo vínculo da comunhão dos santos. Essa caridade se exerce sobretudo através dos sufrágios pelos defuntos, em especial pelo sacrifício da Missa. As almas uma vez no Céu não deixarão de rezar, por gratidão, por seus benfeitores.

A última parte versa sobre o Céu, ou seja, o lugar dos santos que não têm mais nada a purificar.

O Antigo Testamento contém diversas passagens referentes ao Céu,

embora raramente fale de “vida eterna”. Já o Novo Testamento é repleto dessa expressão, além de muitas outras, como nos Evangelhos, que falam de “os puros de coração verão a Deus” e “os anjos veem a face do Pai”. São Paulo ainda diz que a “caridade jamais acabará” e que cada um “receberá a sua recompensa segundo o seu trabalho”. O Apocalipse fala que os servos do Cordeiro verão a sua face.

A existência da visão beatífica foi confirmada pelos Padres da Era Apostólica, como Santo Inácio de Antioquia e São Policarpo, e depois pelos Padres da Igreja, sobretudo por Santo Agostinho.

Não é possível provar apoditicamente a existência da Visão Beatífica, mas há razões de sua conveniência, pois há no homem um desejo natural de conhecer a causa quando vê o efeito. O desejo natural não pode permanecer inútil, conforme já expresso por Platão no *Banquete*. Enfim, “há em nós um desejo conatural de ver a Deus”. Nesse sentido, pode-se dizer que a graça é gérmen da glória. O Aquinate deixa muito claro que somente “o bem incriado e infinito pode satisfazer plenamente o desejo de uma criatura que, pela inteligência, concebe o bem universal” (I-II, q. 2, a. 8, cit. in p. 249). Os bens limitados, por sua própria natureza, não podem trazer a verdadeira felicidade. Na realidade, é tal a profundidade de nossa vontade que só a visão beatífica de Deus pode satisfazê-la.

São Tomás se pergunta se a bem-aventurança consiste na visão ou no amor. Para ele, como a beatitude essencial consiste essencialmente na *posse de Deus* e o amor se dirige para o fim, quando o deseja, ou, quando já o possui, dele goza, pressupondo a visão imediata de Deus. Em outras palavras, “o amor vem *antes ou depois da posse*, não a constitui” (p. 251). O deleite segue, pois, o conhecimento. Destarte, para o Aquinate, a inteligência é superior à vontade, pois seu objeto é mais absoluto e universal (ser enquanto verdadeiro); já o objeto da vontade é o bem, que pressupõe o ser e o verdadeiro, caso contrário se tornaria somente um bem aparente e transitório. Fr. Garrigou-Lagrange conclui ainda que “a vontade é subordinada à inteligência que a dirige” (p. 254). No Céu, em suma, a alma justa tem a consumação da união transformante, como que se fundindo em Deus.

A Visão Beatífica é uma visão clara, intuitiva e imediata da essência de Deus, conhecendo-O *sicuti est*. Está acima de qualquer abstração ou visão intelectual, sem intermédio de qualquer criatura ou ideia, pois nada pode representar a Deus, o Pensamento por essência. A visão será compreensiva, mas diferente em graus, de acordo com o *lumen gloriae*, à maneira de pessoas que veem um panorama de modo mais ou menos perfeito.

Os bem-aventurados intuem claramente a Deus de modo tão intenso

que supera a mais elevada filosofia ou o maior conhecimento natural dos anjos. Veem em Deus todas as coisas, a humanidade do Filho e a eminente dignidade da Mãe de Deus.

Os santos amam a Deus acima de tudo porque O veem perfeitamente. Essa caridade cheia de admiração durará eternamente; será a fusão da vida da criatura na do Criador. “Toda nossa ação será um Amém, um aleluia”, comentava Santo Agostinho (cit. in p. 263). Será uma novidade que não passa, repousando em Deus para sempre. Será um amor espontâneo para além da liberdade, sem possibilidade de pecar, participando da própria eternidade de Deus. A vida cristã deve ser, pois, vivida como uma *vida eterna já começada*.

No Céu se verá a bondade comunicativa de Deus, oferecendo-se abundantemente aos bem-aventurados. Antes, estes são a própria família de Deus. A Santíssima Trindade neles habita. Os santos amam ardentemente a Nosso Senhor e se sentem amados por Ele. Mais, Jesus estará neles (cf. Jo 17,26).

Os santos se amarão entre si *in Verbo*, especialmente aqueles com os quais se guardava afeição legítima nesta terra.

Além disso, os santos recebem, *extra Verbum*, conhecimentos novos, em particular daqueles que eram unidos nesta terra. Sentem-se ainda honrados por serem amigos de Deus (Sl 138,17, cit. in p. 282).

Pela fé se crê que a ressurreição se dará em corpo glorioso, pois as almas são apenas uma parte de nós mesmos. Assim, Deus recompensará os bons, vencendo a morte, consequência do pecado: “Já não mais haverá morte” (Ap 21,4).

Sobre o número dos eleitos, muito já foi escrito. Contudo, só Deus o conhece exatamente. A quantidade é enorme, como testemunha o Apocalipse: “Grande multidão que ninguém podia contar”. Segundo São Tomás, em conformidade com a Escritura e a Tradição, o número de anjos e homens eleitos é superior ao dos condenados. Porém, muitos Padres da Igreja e teólogos se inclinam a um menor número de eleitos, pois o Evangelho diz: “Muitos serão chamados, poucos os escolhidos” (Mt 20,16) e estreito é o caminho da vida (cf. Mt 7, 13-14). Para Monsabré, isso se aplicaria somente ao “tempo ingrato da pregação do Salvador” (p. 293). A opinião comum dos Padres e antigos teólogos é que os eleitos não representam o maior número, sobretudo se se considera todo o gênero humano (não apenas os cristãos). É importante sempre considerar que Deus não ordena o impossível e que se deve colocar a confiança em Jesus Cristo, “vítima de propiciação por nossos pecados” (p. 295). Por outro lado, tampouco podemos ter certeza de nossa predestinação. Contudo, há alguns sinais que a indicam, sobretudo a paciência cristã: “Carregar, pacientemente e por

longo tempo, uma pesada cruz, é um grande sinal de predestinação” (p. 297).

A obra se conclui com um epílogo. Nele o Autor critica o quanto as virtudes teológicas são desfiguradas na atualidade, para dar lugar à fé e à esperança na humanidade e ao amor teórico a esta. “Grandes ideias que se tornam loucas”, conforme a expressão de Chesterton. E a loucura religiosa é a pior, pois já não há mais a quem apelar...

Essa queda das ideias religiosas se intensificou com Lutero, depois com os enciclopedistas, em seguida pela Revolução Francesa, completando-se pelas filosofias de Kant, Fichte e Hegel. Posteriormente, surgiu o liberalismo, o socialismo e o comunismo materialista e ateu.

Em conclusão, a santidade é perfeita apenas no Céu, mas já começa aqui na terra, conhecendo, amando e servindo a Deus. E há aqui um paralelo entre essas dimensões representadas por três Apóstolos privilegiados: Pedro pelo amor, João pelo conhecimento e Tiago

pelo serviço. Jesus revelou excelência em todas essas formas e cada um de nós brilhará por algum desses aspectos.

A tradução é, em geral, fluida e satisfatória. Em alguns trechos, porém, se nota o literalismo, como na p. 133: “...o assassinato, que não dura senão alguns minutos...” (“*l’assassinat, qui ne dure que quelques minutes*”). Melhor seria: “o assassinato, que dura apenas alguns minutos”. Há também algumas falhas de tipografia, como na citação da Carta aos Romanos na p. 131.

A publicação e a divulgação da benemérita obra desse gigante do tomismo devem ser sem dúvida celebradas. O seu legado continua a inspirar tantos teólogos e filósofos sedentos da verdade e da própria salvação.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)

DRAGO, Daniele. *Diritto di formarsi e formarsi nel diritto*. Bologna: Edizioni Studio Domenicano, 2019, 402p. ISBN: 978-88-7094-990-2.

Il poderoso testo che presentiamo è il frutto non solo di lunghi anni di studio nell’ambito del Diritto civile e di quello canonico da parte dell’Autore, ma anche e soprattutto dell’ormai sua lunga esperienza nell’ambito della formazione religiosa iniziale in qualità prima di formatore dei frati studenti ed

attualmente dei novizi Domenicani in Italia.

Lo studio a livello teorico e la parallela esperienza sul campo da parte dell’Autore, sono senza dubbio il perfetto coniugarsi di quanto da sempre ritenuto necessario per la formazione di un buon giurista, come ci ricordano